

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – LICENCIATURA EM HISTÓRIA

LUCIANA RHODEN FREITAS

A REPRESENTAÇÃO DA TRANSIÇÃO DA MONARQUIA PARA A REPÚBLICA NO BRASIL DO  
SÉCULO XIX, EM ESAÚ E JACÓ, DE MACHADO DE ASSIS.

Trabalho de Conclusão do Curso de História  
apresentado ao Departamento de História da Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a  
obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Adolar Koch

PORTO ALEGRE, NOVEMBRO DE 2010.

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| Introdução  | 03 |
| 1. Relações entre Literatura e História                                       | 06 |
| 1.1 A Literatura como fonte histórica   | 08 |
| 1.2 Roger Chartier: “O Mundo como Representação”                              | 10 |
| 2. O contexto histórico da Proclamação da República                           | 12 |
| 2.1 A Expansão Cafeeira   | 12 |
| 2.2 A Abolição da Escravatura   | 14 |
| 2.3 A Questão Militar   | 15 |
| 2.4 A Questão Religiosa   | 17 |
| 2.5 A Proclamação da República  | 18 |
| 3. A Representação da Transição da Monarquia para a República, em Esaú e Jacó | 21 |
| 3.1 O Enredo  | 21 |
| 3.2 As personagens: rivalidade entre irmãos                                   | 23 |
| 3.3 A Abolição  | 24 |
| 3.4 Cenas da história: Baile da Ilha Fiscal                                   | 25 |
| 3.5 A Proclamação da República  | 26 |
| 3.6 O Encilhamento  | 28 |
| 3.7 Considerações finais  | 30 |
| 3.8 Referências bibliográficas  | 33 |
| 3.9 Fontes  | 35 |

## INTRODUÇÃO

Este trabalho mostrará de que forma o escritor Joaquim Maria Machado de Assis representou o fim da Monarquia e o início da República; este momento de transição política, que o autor retrata na obra *Esaú e Jacó*, é o foco deste estudo.

O romance *Esaú e Jacó* foi publicado no ano de 1904, portanto, catorze anos depois da Proclamação da República. De acordo com Alfredo Bosi, o escritor, nascido no Morro do Livramento em 1839, filho de um pintor mulato e de uma lavadeira açoriana, ficou órfão ainda pequeno, tendo sido criado por sua madrasta, Maria Inês. Aprendeu as primeiras letras em uma escola pública, recebeu aulas de latim e francês de um padre amigo da família, e, de forma autodidata, leu importantes escritores, o que lhe proporcionou uma cultura literária muito rica. Aos dezesseis anos, entrou na Imprensa Nacional como tipógrafo aprendiz; aos dezoito, na Editora Paula Brito. Depois trabalhou na redação do Correio Mercantil e no Diário do Rio de Janeiro. Apesar de sempre ter escrito durante o tempo em que trabalhou, foi quando passou a ter uma carreira burocrática, primeiro no Diário Oficial (1867-1873) e depois na Secretaria de Agricultura, que Machado pôde dedicar-se realmente ao mundo das letras. (BOSI, 1994, pag.174)

Machado de Assis escreveu romances, peças de teatro, poesias, mas também escreveu artigos de jornal em que deixava transparecer sua opinião a respeito de questões que predominavam em sua época. O Bruxo do Cosme Velho, como também era conhecido naqueles tempos do final do século XIX e início do século XX, passou por uma fase romântica, em que publicou, entre outras obras, *A Mão e a Luva* (1874) e *Helena* (1876) e outra realista, em que publicou obras como *Memória Póstumas de Brás Cubas* (1881), *Dom Casmurro* (1900), *Quincas Borba* (1892) e *Esaú e Jacó* (1904), entre outras. A fase realista é considerada pelos críticos literários o auge da carreira do escritor, aquela em que ele produziu suas melhores obras.

Como se pode ver, pelos romances citados acima e sua cronologia, o mais próximo do fato histórico da Proclamação da República é *Quincas Borba* e não *Esaú e Jacó*. Porém, neste último o autor procurou, de fato, transformar a própria história em protagonista, muito mais do que um “pano de fundo”. Todo o romance apresenta datas, acontecimentos históricos,

alusões a estes. A história está contida de tal forma no romance, que John Gledson, ao analisar as relações entre História e Ficção presentes na obra de Machado, faz o seguinte comentário, a respeito da impossibilidade de se ignorar o quanto Esaú e Jacó, diferentemente de outras obras do autor, deixa explícitos os fatos históricos:

Um romance que começa em 1871 (o ano da Lei do Ventre Livre), com uma mãe recente que se chama Natividade e sobe o Morro do Castelo (onde o Rio de Janeiro foi fundado, em 1557, por Estácio de Sá, e onde os jesuítas, liderados por Frei Manuel da Nóbrega, mantiveram seu colégio), a fim de consultar uma cabocla chamada Bárbara, sobre o destino de seus filhos, não pode ser considerado esquivo em seu convite ao leitor para se empenhar num jogo de interpretação histórica em nível alegórico. (GLEDSON, 1986, pag. 194)

Desta forma, este romance, diferentemente dos outros, prima pelo aspecto histórico; por isso é que se pode dizer, sem exagero, que a História pode ser encontrada no enredo e nas personagens, alegoricamente; pois, de toda forma, o autor teve o objetivo de escrevê-la, através de representações.

É evidente, porém, que se há, por parte do autor, um interesse em escrever a História, através de um romance, ainda assim, trata-se de uma obra literária e, portanto, ficcional; além disso, Machado, ao publicar *Esaú e Jacó*, está mostrando *uma* visão dos fatos históricos, melhor dizendo, a *sua* visão. Não se pretende aqui querer provar acontecimentos através de um romance, mas mostrar como estes foram representados por alguém que viveu no tempo em que ocorreram e que, por sua condição de intelectual, tinha condições de pensar sobre o seu próprio tempo – ainda que seus pensamentos possam ser, de certa forma, um produto deste mesmo tempo.

A fim de explicitar as representações de Machado sobre o fim do Império e o início da República, o trabalho será dividido em três capítulos, sendo que o primeiro tratará das relações entre História e Literatura; procurar-se-á mostrar que a História e a Literatura, apesar de suas óbvias diferenças, têm pontos de encontro que podem e devem ser buscados, pois podem, sim, enriquecer o trabalho do historiador, lhe fornecendo dados que não poderiam ser encontrados em documentos mais tradicionais; assim, a importância da Literatura está em mostrar algo que nenhum documento pode captar e, portanto, possui uma especificidade que a torna uma importante fonte para o historiador, conforme Sandra Jatahy Pesavento: “A literatura é, pois, uma fonte para o historiador, mas privilegiada porque lhe dará acesso

especial ao imaginário, permitindo-lhe enxergar traços e pistas que outras fontes não lhe dariam...”

O segundo capítulo mostrará o contexto histórico da Proclamação da República; os antecedentes históricos, sociais e econômicos que tornaram fácil aos militares darem um golpe no dia 15 de novembro de 1889 e, de uma única vez, colocaram fim à Monarquia no Brasil. Neste capítulo serão abordadas as dificuldades pelas quais passava a Corte no país, as transformações ocorridas a partir da expansão cafeeira, a Questão Militar e a Questão Religiosa, a problemática da Abolição, ou seja, as questões que são mencionadas pela historiografia como causas da queda do Império no Brasil; por fim, a Proclamação da República em si, como fato, também será abordada neste capítulo.

Finalmente, o terceiro capítulo mostrará o cenário da Proclamação da República em *Esau e Jacó*, bem como as representações construídas pelo romancista nesta obra, e a sua visão acerca de um período da história que ele acompanhou de perto, por ser um leitor voraz não só de obras literárias, mas também jornalísticas e outras, e, também, por ser um morador do Rio de Janeiro na época em que lá estava a Capital do país.

## 1. RELAÇÕES ENTRE LITERATURA E HISTÓRIA

Há muito tempo, filósofos indagam sobre o conceito de história e o conceito de literatura e procuram compreender não apenas o que as diferencia, mas também o que as aproxima.

A teoria da história é tão antiga que remonta aos gregos, sobretudo a Heródoto, conhecido como “pai da história”. Entre os historiadores, há dúvidas se essa paternidade deve recair sobre Heródoto ou sobre Tucídides; de acordo com Jeanne Marie Gagnebin “Heródoto ficou, na tradição, como o “pai da história”, enquanto se fazia de Tucídides o primeiro historiador crítico. Tais denominações repousam sobre atribuições posteriores, características, aliás de qualquer ciência em busca de seu certificado de origem...”<sup>1</sup> É de conhecimento popular que a história conta fatos ditos “reais ou verdadeiros” e que a literatura conta fatos “irreais ou fantasiosos”. Apesar de ser apenas uma simplificação, é a ideia corrente, que perpassa na mente daqueles que não se detêm a estudar teoricamente a respeito destas duas disciplinas.

Aristóteles diferencia da seguinte maneira o poeta do historiador: “O historiador e o poeta não se distinguem um do outro, pelo fato de o primeiro escrever em prosa, e o segundo em verso (pois se a obra de Heródoto fora composta em verso, nem por isso deixaria de ser obra de história, figurando ou não o metro nela). Diferem entre si porque um escreveu o que aconteceu, e o outro, o que poderia ter acontecido.” Diz ainda o filósofo grego: “Por tal motivo a poesia é mais filosófica e de caráter mais elevado do que a história, porque a poesia permanece no universal e a história estuda apenas o particular.”<sup>1</sup>

Assim, segundo Aristóteles, o que diferencia a história da literatura não está na forma, pois assim como a literatura pode ser narrada, também a história pode ser; entretanto, o conteúdo é diferente porque a história, em tese, tem um compromisso com aquilo que de fato aconteceu, com a “verdade”, enquanto a literatura tem um compromisso não com aquilo que aconteceu, mas com aquilo que poderia ter acontecido. É Aristóteles quem cunha o conceito de verossimilhança, ou seja, a obra literária deve ter uma coerência interna, em que mesmo que a história contada não seja real ou “verdadeira”, o leitor possa nela ver uma verdade, algo que, se não aconteceu de fato, ao menos poderia ter acontecido.

A história e a literatura estão, entretanto, tão intimamente ligadas, que se entrecruzam e que se perpassam; não há história sem literatura, nem há literatura sem história. Há muito

---

<sup>1</sup> ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Ars Poética, 1993.

tempo, os historiadores tomam conhecimento sobre os gregos através da *Ilíada* e da *Odisseia*, bem como toda a literatura existe dentro de um tempo, e, por mais livre ou “filosófica”, como afirmou Aristóteles, pertence a um tempo específico, a uma época histórica.

Roberto Acízelo de Souza define a literatura de duas formas: *lato sensu* e *scrito sensu*:

“1. Literatura *lato sensu*: conjunto da produção escrita, objeto dos estudos literários segundo a orientação positivista do século XIX; 2. Literatura *scrito sensu*: parte do conjunto da produção escrita e, eventualmente, certas modalidades de composições verbais de natureza oral ( não-escrita), dotadas de propriedades específicas, que basicamente se resumem numa elaboração específica da linguagem e na constituição de universos ficcionais de imaginários.” (SOUZA, 1986, p. 46-47)

Nesse sentido, aí estão contidas a produção escrita e a produção oral de um texto que, tendo como fonte um mundo imaginário e não a realidade, é considerado literário não só por causa disso, mas sobretudo por sua preocupação com a natureza estética, ou seja, com a elaboração da palavra.

Dessa forma, o importante a ser percebido nos conceitos mencionados anteriormente não diz respeito ao escrito ou oral, mas à questão de a Literatura não ter uma preocupação ou um compromisso com a realidade ou com a “verdade”, pois sua fonte é a imaginação.

Porém, se as duas narrativas são diferenciadas por um discurso, em que se pretende encontrar apenas o que for “verdadeiro” e “factual” por parte da história, e, por parte da literatura, buscar a verossimilhança, mas não a “verdade”; de que modo essas duas disciplinas, que, aparentemente, estão tão fortemente diferenciadas desde o princípio, podem ser entrecruzadas? De que forma é possível ocorrer um diálogo, levando em consideração suas diferenças?

A literatura não conta histórias reais, mas conta algo que poderia ter acontecido; por isso é tão importante o conceito de verossimilhança, pois se algo não parece ser possível dentro daquele contexto literário, então não tem a coerência necessária para ser crível nem mesmo como ficção. Já a história deve preocupar-se, não em ser verossímil, mas com os fatos, com a “verdade”. De qualquer forma, o fato é que as duas disciplinas têm preocupações distintas; mas, se é assim, o que as aproxima?

## 1.1 A Literatura como fonte histórica

O historiador Mário Maestri lembra que a literatura e a história nasceram como um ser único e indistinto, mas que, lentamente, foram se distanciando: “Espécie de gêmeos idênticos, literatura e história lutaram por se separar, e andar independentemente”; o autor refere-se, com isso, aos mitos, contados em torno de fogueira, a fim de explicar a origem de tudo<sup>2</sup>.

Maestri relembra que Aristóteles, ao refletir sobre as diferenças entre as duas disciplinas, propunha que a ‘poesia’ fosse ‘mais filosófica e mais elevada do que a história’, pois contaria de ‘preferência o geral’, e a última, o ‘particular’. De acordo com o autor, esse processo de distanciamento aumentou ainda mais na Idade Média, porque a Literatura não tinha qualquer preocupação com o passado e a história era uma espécie de crônica do que já havia acontecido; foi, porém, no século XIX, em que se registra o nascimento do *romance* que Literatura e História voltaram a se aproximar para, depois, tornarem-se a se separar novamente.

O autor lembra que o Positivismo influenciou não apenas a História, mas também a Literatura; basta que se pense em duas correntes literárias do século XIX, tais como o Realismo e o Naturalismo. As duas pretendiam mostrar a realidade e, segundo o historiador, Èmile Zolá, importante romancista francês, ligado ao Naturalismo, percorreu bairros populares de Paris, entrevistando peixeiros, comerciantes, gigolôs e marafonas, a fim de recolher dados que lhe possibilitasse escrever “Le Ventre de Paris” e “Nana”; de acordo com Maestri, os livros de Zolá deveriam dar uma demonstração prática das teorias sociológicas científicas da época. E, de fato, toda pessoa que tem a oportunidade de ler obras naturalistas, pode enxergar ali a visão “cientificista” do século XIX, sem que haja, contudo, como relembra o autor, a discussão acerca das contradições inerentes a esse pensamento.

Contudo, segundo o autor, a literatura constitui-se como importante fonte documental por expressar, “de forma poderosa”, cenários, linguagens, personagens, concepções, visões de mundo, preconceitos de uma época. Assim, a ficção apresenta uma visão de mundo pertinente à época em que o livro foi escrito, e que pode ser percebida através de todos os elementos da narrativa; mesmo quando um determinado escritor elabora aquilo que escreve, ele não está

---

<sup>2</sup> MAESTRI, Mário. História e Romance Histórico: Fronteiras. Novos Rumos, Ano 17, nº 36, 2002.

solto no tempo, ele está preso à sua época e, portanto, deixa transparecer em sua obra pensamentos e ideias correntes no período em que viveu.

Para a historiadora Sandra Jatahy Pesavento, a aproximação entre história e literatura tem “um sabor de *dejà vu*”; a autora argumenta que a sociologia da literatura já há muito tempo tem essa preocupação e que a história quase sempre usou a literatura para ilustrar a cultura da época. Entretanto, essas posturas já estão ultrapassadas, no entender da autora; segundo ela, estão ultrapassadas, não por considerarem-se erradas, mas por causa das novas questões que são colocadas aos intelectuais neste século.

Para a historiadora, a melhor forma de focar as relações entre história e literatura está nos estudos sobre o imaginário que, segundo ela, “abriram uma janela para a recuperação das formas de ver, sentir e expressar o real dos tempos passados.”

A literatura, de acordo com Pesavento, é uma fonte privilegiada para o historiador, pois dá a este um acesso ao imaginário que nenhuma outra fonte é capaz:

“A literatura é, pois, uma fonte para o historiador, mas privilegiada porque lhe dará acesso especial ao imaginário, permitindo-lhe enxergar traços e pistas que outras fontes não lhe dariam. Fonte especialíssima, porque lhe dá a ver, de forma às vezes cifrada, as imagens sensíveis do mundo. A literatura é narrativa que, de modo ancestral, pelo mito, pela poesia, ou pela prosa romanesca, fala do mundo de forma indireta, metafórica e alegórica. Por vezes, a coerência do sentido que o texto literário apresenta é o suporte necessário para que o olhar do historiador se oriente para outras tantas fontes e nelas consiga enxergar aquilo que ainda não viu.”<sup>3</sup>

De acordo com a autora, a fonte literária tem uma especificidade que a faz diferente de outras; assim, não se pode esperar ou desejar que provenha dela fatos ou personagens reais; a importância desta fonte é outra: “O texto literário é expressão ou sintoma de formas de pensar e agir.” A historiadora diz também que a literatura é fonte de si mesma, pois é a escrita da sensibilidade de homens em um dado tempo; a literatura registra, segundo ela, a vida, ou, antes, uma impressão da vida, o que é uma meta da História Cultural: capturar uma impressão de vida presente no passado.

---

<sup>3</sup> Sandra Jatahy Pesavento, « História & literatura: uma velha-nova história », Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates, 2006, [En línea], Puesto en línea el 28 janvier 2006. URL : <http://nuevomundo.revues.org/index1560.html>. Consultado el 15 octubre 2009.

## 1.2 Roger Chartier: “O Mundo como Representação”<sup>4</sup>

O Mundo como Representação é o nome do título de um artigo escrito pelo historiador Roger Chartier para a Revista *Annales*; neste texto, ele fala de uma série de questões que importam à história, mas, o que interessa mais a este trabalho, é discussão que o autor faz sobre o conceito de “representação”.

De acordo com o dicionário Aurélio, o termo representação, entre várias acepções, significa “o ato ou efeito de representar-se”, sendo que a última palavra citada, também entre várias possibilidades de significado, quer dizer “ser a imagem ou a reprodução de”. Assim, pensando sobre isso, pode-se imaginar que a representação diz respeito a algo que, não podendo estar presente de alguma forma, faz-se estar através de uma “representação” que, por sua vez, pode ser entendida como uma imagem ou uma reprodução.

Depois dessa ideia inicial sobre a palavra “representação”, pode-se partir para o seu uso dentro dos estudos históricos. Chartier evoca duas acepções da palavra no dicionário Furetière, em uma edição de 1727, que, para o autor tem um sentido, pelo menos aparentemente, contraditório. Na primeira, a “representação” supõe uma ausência; é preciso representar alguém ou algo que não pode estar em determinado lugar – como as efígies, representações dos príncipes mortos; e a outra acepção supõe uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou pessoa. De acordo com o autor, “na primeira acepção, a representação é o instrumento de um conhecimento imediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe por uma imagem capaz de repô-lo em memória e de pintá-lo tal como ele é.” Para o historiador, algumas representações são materiais – como o caso das efígies – mas outras têm um caráter simbólico e cita mais uma vez o dicionário de Frutière: “a representação de algo de moral pelas imagens ou pelas propriedades das coisas naturais” e exemplifica com alguns animais, que simbolizam determinadas coisas, como o leão, que simboliza o valor, entre outros.

Desse modo, não apenas o concreto pode ser representado, como o caso das efígies que ficam no lugar dos príncipes mortos, mencionado em parágrafo anterior; também o abstrato pode ser representado através de algo concreto; a História em si, uma disciplina dentre os saberes, portanto, algo que não é concreto, mas abstrato, pode ser representada por uma musa grega, Clio, entidade concreta; uma estrela de determinada cor pode representar um

---

<sup>4</sup> CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. Estudos Avançados, v.5, nº 11, São Paulo, Jan./Abril, 1991.

partido político; alguns termos históricos podem utilizar-se de representações; o que dizer da expressão “Idade das Trevas” que, por muito tempo, designou a Idade Média?

## 2. O CONTEXTO HISTÓRICO DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

A proclamação da República no Brasil ocorreu em meio a um processo de transformações sociais e políticas, ocasionados, sobretudo, por modificações no cenário econômico; a cultura do café provoca um grande desenvolvimento urbano e industrial no país, gerando uma nova elite e um ambiente propício para que outras ideias, consideradas mais progressistas, pudessem efervescer, como o abolicionismo e o republicanismo.

Além disso, havia as dificuldades da própria Monarquia, que precisava equilibrar-se entre as pressões da Inglaterra para acabar com o tráfico de escravos, ao mesmo tempo em que fazê-lo iria desagradar os fazendeiros, que tinham os cativos como base de sua mão-de-obra. Ademais, o Império tinha que administrar problemas com o Exército, com o clero, e as dificuldades financeiras pelas quais o país estava passando, desde que se endividara por causa da Guerra do Paraguai.

Sendo assim, a Proclamação da República pôde ocorrer porque houve toda uma conjuntura que lhe tornou propícia.

### 2.1 A Expansão Cafeeira

Após a Independência, o Brasil entrava numa crise devido à dificuldade na exportação de seus produtos; um produto, entretanto, fazia o caminho inverso, o café.

“O problema brasileiro consistia em encontrar produtos de exportação em cuja produção entrasse como fator básico a terra. Com efeito, a terra era o único fator de produção abundante no país. Capitais praticamente não existiam e a mão-de-obra era basicamente constituída por um estoque de pouco mais de dois milhões de escravos, parte substancial dos quais permaneciam imobilizados na indústria açucareira ou prestando serviços domésticos.

Pela metade do século, entretanto, já se definia a predominância de um produto relativamente novo, cujas características de produção correspondiam exatamente às condições ecológicas do país. O café, se bem que fora introduzido no Brasil desde começos do século XVIII e se cultivasse por todas as partes para fins de consumo local, assume importância comercial no fim desse século, quando ocorre a alta de preços causada pela desorganização do grande produtor que era a colônia francesa do Haiti. No primeiro decênio da independência o café já contribuía com 18 por cento do valor das exportações do Brasil, colocando-se em terceiro lugar depois do açúcar e do algodão. E nos dois decênios seguintes já passa para primeiro lugar, representando mais de 40 por cento do valor das exportações.” (Furtado, 1963, p. 142)

O surto do café ocorre em meados do século XIX, primeiramente, no Vale do Paraíba e, posteriormente, no Velho Oeste paulista, por ocasião da decadência do primeiro em função do rápido empobrecimento do solo.

De acordo com José R. do Amaral Lapa, havia muitas diferenças entre o Vale do Paraíba e o Velho Oeste Paulista, e que cooperaram para a estagnação de uma e para o progresso da outra. Ele enumera as diferenças do seguinte modo:

“Vale do Paraíba: formas tradicionais de ocupação e uso da terra; fracionamento dos latifúndios; estagnação econômica; mentalidade tradicional na administração da fazenda; investimento improdutivo dos lucros.

Velho Oeste paulista: formas capitalistas de ocupação e uso da terra; predomínio da grande propriedade; progresso; mentalidade empresarial capitalista; investimento produtivo dos lucros.” (LAPA, 1983, p. 23)

O autor mostra claramente, através destas características bem marcadas, as razões da decadência do Vale do Paraíba, por um lado, e do progresso do Velho Oeste paulista, por outro; enquanto a primeira era bastante atrasada em relação à gerência dos seus recursos naturais e administrativos, a segunda estava se adequando aos novos tempos e, sobretudo, à lógica capitalista.

A proibição do tráfico negreiro, em 1850, através da Lei Eusébio de Queirós, também foi um dos motivos pelo qual o café pôde se expandir, pois o dinheiro anteriormente utilizado na compra de escravos passaria a ser investido na cultura cafeeira.

Assim, os empréstimos aos governos imperial e republicano entraram no país de diversas formas, tais como implantação de ferrovias, modernização de portos, melhoramentos urbanos, também através de equipamentos que pudessem melhorar os empreendimentos industriais que surgiam nos fins do século XIX. ( Neto, José Miguel Arias. *Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização*. In: O Brasil Republicano. )

De acordo com Eni Casalecchi os efeitos da expansão cafeeira são os seguintes: para resolver os problemas de transportes, era preciso que se implantasse e se desenvolvesse o sistema ferroviário; depois, para resolver os problemas do beneficiamento e ensacamento do produto, era preciso dinamizar as atividades industriais de máquinas de beneficiar café e sacaria, e ao mesmo tempo incentivar a indústria têxtil, de modo que os trabalhadores pudessem, também, vestir-se ( escravos primeiramente e, depois, assalariados; a fim de resolver os problemas de comercialização, financiamento e abastecimento, era preciso que as atividades do comércio, de exportação e de importação tornassem-se mais dinâmicos, bem como o sistema bancário. Além disso, havia ainda a questão do convívio urbano que propiciava o desenvolvimento das cidades. E, finalmente, para resolver os problemas de mão-de-obra, utilizava-se primeiramente de escravos e, depois da extinção do tráfico em 1850, de trabalhadores assalariados. (CASALECCHI, 1992, P.18-19)

Ou seja, o café provocou uma série de transformações, porque, para a sua cultura, era necessário impulsionar uma série de outras coisas que também que, por sua vez, impulsionaram outras. Dessa forma, levaram à modernização, pois surgiram com ele indústrias, transporte ferroviário, crescimento das cidades e, o surgimento, sobretudo, de novas elites e de outras correntes de pensamento, consideradas mais progressistas.

## 2.2 A Abolição da Escravatura<sup>5</sup>

Em 1888, a Princesa Isabel assina uma Lei, chamada Lei Áurea, que determina que, a partir daquela data, 13 de maio de 1888, a escravidão está extinta no Brasil. Esse é o último ato em relação a essa questão, tomada pela Monarquia, mas não o único. Desde 1850, com a Lei Eusébio de Queirós, que extinguiu o tráfico negreiro no país, os senhores de escravos começaram a ter problemas para conseguir mão-de-obra para trabalhar em suas fazendas; apesar da lei ter uma relação muito mais forte com a questão econômica do que com qualquer “ideal” humanitário, pois surge a partir de pressões da Inglaterra no sentido de proibir o tráfico e, com isso, aumentar o seu mercado consumidor, ela atingia diretamente os setores agrários.

Entretanto, as leis abolicionistas são anteriores a 1850, pois desde 1831 já havia uma lei que coibia o tráfico negreiro; era, porém, totalmente ignorada, pois as culturas mantinham-se graças ao trabalho escravo e os fazendeiros não viam outra solução que não essa. A lei de 1831, que fazia parte de um acordo com a Inglaterra, previa severas penas aos traficantes de escravos; além disso, de acordo com a mesma lei, deveriam ser considerados livres todos os negros que chegassem a terras brasileiras a partir daquela data. No entanto, ela não teve êxito e tornou-se uma lei “para inglês ver”, nas palavras de Bóris Fausto (2010). Ou seja, o tráfico continuou, entraram ainda mais escravos no país a partir daquela data, mas a lei existia para satisfazer os interesses ingleses. Estes fiscalizavam, naturalmente, as embarcações, que, por sua vez, utilizavam uma série de recursos para burlá-la.

“Vários recursos foram adotados pelos negreiros para burlar a lei. Escravos eram desembarcados em praias remotas onde não havia nenhuma fiscalização. Bandeiras falsas eram hasteadas nos navios negreiros com o objetivo de confundir os perseguidores britânicos e as autoridades brasileiras. A conivência das autoridades era assegurada mediante propinas ou

---

<sup>5</sup> Para o estudo deste tema, recomenda-se a leitura da obra *De Costa a Costa*, do historiador Jaime Rodrigues.

ameaças. Quando tudo isso falhava e algum juiz mais cioso de suas funções pretendia exercer seu papel, punindo os contrabandistas, verificava que a maioria da população acobertava o contrabando. Uns o faziam por interesse, outros por razões de família ou amizade, outros ainda por receio de represália ou até mesmo por indiferença.” (Costa, 2008, p. 26 e 27).

Porém, se a lei continuava a ser desrespeitada, e o tráfico continuava sendo considerado legítimo pela maioria da população, por outro lado, o fato de ser ilícito começou a torná-lo questionável no decorrer dos anos seguintes. Assim, em 1850, com a Lei Eusébio de Queirós, a lei teve maior força do que anteriormente, apesar de, ainda assim, continuar havendo o contrabando de escravos.

### 2.3 A questão militar

De acordo com Júlio José Chiavenato<sup>6</sup>, o Brasil praticamente não tem Exército até a guerra do Paraguai: “O Exército, quase nulo, é um amontoado de bêbados, vagabundos e negros imprestáveis para a escravidão, que Pedro II chama de “força bruta”. De acordo com o autor, entrar para o Exército era “desonroso” até a Guerra do Paraguai. Este conflito exige, porém, um Exército verdadeiro. O Império busca então voluntários, através do decreto 3371, de 7 de janeiro de 1865, que cria o corpos para a guerra, chamados Voluntários da Pátria. Apesar da tentativa, poucos se oferecem e outros tipos de recursos são utilizados, como sequestros, por exemplo. São oferecidas terras e alforria aos escravos que se disponham a lutar voluntariamente. Chiavenato acrescenta que o próprio Joaquim Nabuco sugere que haja uma libertação em massa de todos os escravos para transformá-los em soldados. Entretanto, isso não funciona, e somente sequestros dão resultados. ( CHIAVENATO, 1996, p. 51.)

Os pobres fugiam como podiam da guerra, deixando vilas e cidades inteiras abandonadas. Os ricos, porém, tinham como safar-se de modo mais cômodo, pois, através do decreto 3513, de 12 de setembro de 1865, os homens de posse poderiam livrar-se pagando uma determinada quantia, ou apresentando em seu lugar outra pessoa. Assim, muitos escapavam mandando em seu lugar dois, três ou até mais escravos. ( CHIAVENATO, 1996, p. 53 e 54)

---

<sup>6</sup> Para um estudo apurado sobre a Guerra do Paraguai, recomendam-se obras mais atualizadas.

A questão militar, de acordo com Celso Castro, é o nome dado a uma série de eventos iniciados em agosto de 1886 e que se prolongaram até março de 1887<sup>7</sup>. Segundo o autor, ela começou quando o coronel Cunha Matos, do Partido Liberal, em viagem de inspeção pela província do Piauí, registrou irregularidades administrativas cometidas pelo capitão da companhia de Infantaria desta província, ligado ao Partido Conservador. Em junho de 1886, um deputado piauiense, amigo e correligionário do capitão, atacou, em discurso na Câmara, Cunha Matos. As acusações contra ele diziam que ele teria traído o país na Guerra do Paraguai; em artigos de jornal, o coronel defendeu-se das acusações, e o Ministro da Guerra, deputado Alfredo Chaves, informou-o que os oficiais estavam proibidos de discutir questões políticas ou militares sem o seu consentimento prévio. Por isso, mandou-o prender por dois dias. (CASTRO, 1995, p.85-87)

Um amigo de Cunha Matos, general e senador liberal pelo Rio Grande do Sul, José Antônio Correa da Câmara, o visconde de Pelotas, ao proferir um discurso no início de 1886, criticou o ato do ministro e o considerou uma ofensa a todos os oficiais do Exército. A questão militar ainda teve outros episódios e o importante a ser ressaltado, é que ela tornou as relações entre o Império e o Exército ainda mais tensas, aumentando o descontentamento dos militares com a Monarquia.<sup>8</sup> (CASTRO, 1995, p. 85 -87)

---

<sup>7</sup> “Pela primeira vez na história brasileira, grupos de militares afirmaram publicamente, e com força, a existência de uma “classe militar” opondo-se aos atos do governo. A questão da “honra”, tão acionada pelos militares, revela as contradições de status que eles acreditavam viver no Império; louvados em um plano por sua honra social específica – os sacrifícios nos campos de batalha – discriminados e inferiorizados em outro – a vida normal, cotidiana – através da pouca importância atribuída pelo governo à instituição. ( CASTRO, 1995, p. 97)

<sup>8</sup> “ Os ressentimentos militares contra a forma como os gabinetes civis tratavam a instituição vinham de longa data. Ainda estava presente na memória a humilhação sofrida após o 7 de abril de 1831, quando o Exército teve seus efetivos reduzidos e toda ênfase foi dada à recém-criada Guarda Nacional. Entretanto, quando quiseram fazer a guerra contra o Paraguai, Exército e Marinha foram chamados e muitos dos seus efetivos pereceram nos mangues e matas daquela região, em grande parte devido às péssimas condições de vestuário, baixo nível técnico e carência de apoio logístico...

Os militares, não satisfeitos com o tratamento discriminatório , queriam que as questões inerentes às forças armadas fossem só por elas tratadas.

Em 1886, o Visconde de Pelotas ( Marechal Câmara), na condição de senador do Império, pronuncia um longo discurso na tribuna daquela casa, na qual trata desse problema. Fala do descaso dos ministérios que não atendiam às reivindicações militares: péssimas eram as condições dos quartéis, a legislação em vigor era antiquada, o recrutamento militar só deixava para o Exército o que havia de pior. E cita que em 1884, quando o Exército tinha um efetivo de 13.500 homens, registraram-se 7.326 passagens pelas prisões, nas quais se incluíam 54 oficiais. Adiante, reclama da contínua ingerência de civis na remoção, punição e promoção de oficiais, apontando inúmeros casos. Esse pronunciamento não constituía um discurso isolado; os acontecimentos que se seguiriam dariam mostras de que essa era a ponta de um iceberg.” (MONTEIRO, 1986, p.16-17)

## 2.4 A questão religiosa

Uma das questões enfrentadas pela Monarquia em seus momentos finais foi um conflito com a Igreja, que ficou conhecida como Questão Religiosa.

Carlos Guilherme Mota e Adriana Lopez explicam a questão Religiosa da seguinte maneira: o Papa Pio IX, em 1872, proibiu os católicos de participarem de lojas maçônicas; ele buscava uma “purificação da Igreja” (Lopez e Mota, 527) e, para tanto, precisava terminar com qualquer relação entre a Igreja Católica e a Maçonaria, e queria também um retorno à ortodoxia. Entretanto, havia um enorme número de pessoas que faziam parte da elite que tinham relações com a maçonaria. Até este acontecimento, as relações entre essas duas instituições eram pacíficas.

Um acontecimento foi o estopim da crise; as lojas maçônicas deram uma festa comemorando a Lei do Ventre Livre e um padre proferiu um discurso utilizando o jargão da maçonaria; por esta razão, ele foi punido, com suspensão, do púlpito e do confessionário. As lojas do Rio de Janeiro passaram então a atacar o Episcopado brasileiro. O imperador e sua família, que também tinham relações com a maçonaria, sentiram-se ofendidos quando os bispos Dom Vital, de Olinda, e Dom Macedo Costa do Pará, fiéis ao Papa, tomaram medidas drásticas contra padres simpáticos à Maçonaria. Como o Imperador considerou a atitude dos bispos uma “ofensa grave contra a Majestade do Império”, os bispos foram processados e presos. Em 1874 receberam a pena de 4 anos de prisão. Isso, porém, não durou muito tempo; o governo imperial logo se viu obrigado a anistiá-los em 17 de setembro de 1875. Entretanto, o erro já havia sido cometido e a prisão dos bispos repercutiu dentro e fora do Brasil de maneira muito negativa para o Império brasileiro. As relações entre a Monarquia e a Igreja entraram em crise, e isso foi mais um motivo de descontentamento: “Não é de estranhar que o bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria de Lacerda, na madrugada de 16 de novembro de 1889, ao ver o Imperador Pedro e sua família detidos no palácio, tenha dito: ‘Exatamente o que ele fez aos bispos...’ ” (Lopes e Mota, 2008, p. 528)

Entretanto, de acordo com a historiadora Emília Viotti da Costa, essa crise entre o Império e a Igreja não poderia ter sido um fator preponderante para a queda da monarquia, pois, de acordo com a autora, a sociedade brasileira da época não era profundamente clerical,

e a Igreja não era contrária à Monarquia; ao contrário, havia padres monarquistas e padres republicanos.<sup>9</sup>

## 2.5 A Proclamação da República

De acordo com Celso Castro, a Proclamação da República foi apenas um golpe, o golpe de 1889; esse movimento, “foi um momento-chave no surgimento dos militares como protagonistas no cenário político brasileiro” (CASTRO, 2000, p.8). Ainda de acordo com este autor, o golpe republicano foi militar, em sua organização e execução; entretanto, não foi ação de todos os segmentos militares, mas de apenas alguns indivíduos em particular. Não houve praticamente participação da Marinha, e mesmo em relação ao Exército, houve uma participação muito pequena dos oficiais do topo da hierarquia. Apenas Deodoro da Fonseca estava presente; além dos oficiais superiores estarem em número reduzido, o que mais se destacou foi Benjamin Constant, professor de matemática na Escola Militar. De acordo com o autor, houve participação efetiva apenas de um conjunto de oficiais de patentes inferiores do Exército (alferes-alunos, tenentes e capitães) que possuía educação superior ou “científica” obtida durante o curso da Escola Militar, localizada na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Para Castro, esses jovens, que na época eram chamados de “a mocidade militar” seriam os verdadeiros protagonistas da Proclamação da República; Benjamin Constant não seria o líder deles, ao contrário, eles, os alunos, é que teriam seduzido o professor para os ideais

---

<sup>9</sup> “É exagero supor que a Questão Religiosa que indispsôs momentaneamente o Trono com a Igreja foi um dos fatores primordiais na Proclamação da República. Para que isso acontecesse, era preciso que a nação fosse profundamente clerical, a Monarquia se configurasse como inimiga da Igreja, e a República significasse maior força e prestígio para o clero. De duas uma, ou a nação estava a favor dos bispos e contra D. Pedro, e então a perspectiva de substituição do imperador seria vista com bons olhos em virtude de suas conhecidas ligações com a Igreja; ou a nação era pouco simpática aos bispos e, nesse caso, se solidarizaria com a Monarquia e a Questão Religiosa, em vez de prejudica-la, teria reforçado o seu prestígio. De qualquer maneira, a Questão Religiosa não poderia contribuir de modo preponderante para a queda da Monarquia. Quando muito, revelando o conflito entre o Poder Civil e o Poder Religioso, contribuiria para aumentar o número dos que advogavam a necessidade de separação da Igreja do Estado e, assim, indiretamente, favoreceria o advento da República, que tinha essa norma como objetivo.

Também não parece exato dizer que o clero, identificando-se com o povo onde ele era recrutado, esteve sempre solidário com os anseios populares manifestando a sua rebeldia, aderindo às ideias liberais e colocando-se contra a Monarquia, pois na realidade o clero esteve sempre dividido e, em certas questões, como no caso da Abolição, manteve-se ao lado das camadas dominantes, e não ao lado do povo. Havia no Império padres republicanos, como o padre José Manuel, e padres monarquistas, como muitos outros, e a Igreja muito pouco tem a ver com a instalação da República.” ( COSTA, 458-459, 2007)

republicanos. Além disso, na visão deste autor, Deodoro da Fonseca não teria dado o golpe por causa de seus ideais republicanos, mas em nome daquilo que ele imaginava ser a “honra” (grifo do autor) do Exército e por algumas particularidades da política do Rio Grande do Sul, que ele havia chefiado há pouco.

Para José Murillo de Carvalho, não houve uma Proclamação da República, mas três proclamações; isso porque os militares que participaram do golpe divergiam quanto à sua visão de República, quanto ao papel que cada um deveria exercer, e, sobretudo, porque havia por trás disso, uma disputa de poder (CARVALHO, 1990).

O autor também diverge em relação à visão tradicional, que tem na sua frase mais famosa, proferida pelo jornalista e republicano Aristides Lobo, testemunha histórica do acontecimento, de “que o povo assistiu a tudo bestializado, sem compreender o que se passava, julgando ver talvez uma parada militar.” Na visão deste autor, a ideia do povo bestializado é muito simplista, pois não leva em consideração a real participação do povo; há, entretanto, que ver com a forma como o povo participava e, além disso, o fato de a República ter como pressuposto a participação popular, mas isso não se dar na prática, pois as mesmas elites permaneceram no poder, e o povo, como sempre, continuou à margem. (CARVALHO, 1987).

De acordo com o autor, o povo tinha consciência de que não havia lugar para si na República, da mesma forma como não havia na Monarquia; não caberia participar de algo que, na realidade, não lhes pertencia, ou que, de fato, não mudaria nada em sua vida cotidiana. A participação popular se dava em outras esferas, as esferas possíveis, como a Revolta da Vacina, os rituais religiosos, entre outras manifestações populares. Não haveria razão alguma para o povo participar da Proclamação da República, porque esta, na verdade, não tinha intenção alguma de mudar a vida do povo para melhor; era só mais uma troca de figuras do poder, nada havia de transformação profunda, nada havia de revolucionário nesse acontecimento.

Além disso, segundo Carvalho, a população negra era contrária à Proclamação da República, e mesmo antes desta ocorrer, já havia se manifestado através da Guarda Negra, organizada por José do Patrocínio para defender a Princesa Isabel. José do Patrocínio, apesar de republicano, era um abolicionista ferrenho; para ele, a Abolição estava acima da República, deveria ser uma prioridade de qualquer governo, sobretudo dos republicanos; entretanto, nem todos os republicanos pensavam assim, a República viria primeiro, somente depois a Abolição. Por isso, quando a Princesa Isabel decretou a Abolição da Escravatura,

José do Patrocínio, apesar de ser republicano, ficou ao lado da princesa, porque, para ele, que era filho de uma escrava alforriada e de um cônego, dar liberdade aos escravos era mais importante do que mudar o regime.

Segundo Murillo de Carvalho, tanto a Princesa Isabel quanto Pedro II eram alvo de grande simpatia por parte do população negra. O autor cita o escritor e republicano Raul Pompéia, que testemunhou o aniversário do Imperador em 2 de dezembro de 1888, relatando que “o Paço Imperial foi invadido por uma turba imensa de populares, homens de cor a maior parte”. Além desse testemunho, há o de Lima Barreto, escritor mulato que tinha uma conhecida ojeriza pela República; “Triste Fim de Policarpo Quaresma”, um de seus romances mais conhecidos, mostra bem a República que não permitia críticas, e a ditadura de Floriano Peixoto.

Estas eram algumas razões que impediam que o povo estivesse ao lado dos republicanos; o povo, talvez sabendo bem que, estivesse quem estivesse no poder, seu lugar seria sempre o mesmo, não veria razões para participar; os negros, simpáticos à figura da Princesa Isabel, que daí por diante passou a ser conhecida como a “Redentora”, não poderiam, também, por sua vez, estar ao lado dos republicanos, já que o Império havia concedido a libertação. Apesar da evidência de que a Princesa Isabel cedia a pressões abolicionistas, de que talvez estivesse tentando salvar a Monarquia, que, enfim, como disse Rui Barbosa, não fosse uma questão de bondade, como pensavam muitos, mas pura e simplesmente, uma questão política, a princesa ia ganhando adeptos e simpatia entre o povo negro.

E, na verdade, a República, apesar do discurso pró-popular, não se apresentou desta forma quando chegou ao poder.

### 3. A REPRESENTAÇÃO DA TRANSIÇÃO DA MONARQUIA PARA A REPÚBLICA, EM ESAÚ E JACÓ

O romance *Esaú e Jacó*, de Machado de Assis, conta a história de Pedro e de Paulo, apaixonados pela mesma moça, Flora. O livro, publicado em 1904, retrata o período de transição do Regime Monárquico para o Republicano, momento político vivenciado de fato pelo autor, que nasceu em 1839 e morreu em 1908; ou seja, nasceu quando o Brasil vivia um governo monárquico e morreu quando o governo já era republicano. A representação se dá no enredo e na construção das personagens; Pedro e Paulo são gêmeos, porém, um deles é republicano e outro é monarquista; brigam desde pequenos, dentro do ventre, e desejam a mesma mulher, cujo nome é Flora.

#### 3.1 O enredo

O primeiro capítulo de *Esaú e Jacó* chama-se “Cousas Futuras”; o narrador apresenta duas personagens, Natividade e Perpétua, subindo ao Morro do Castelo, onde havia uma mulher capaz de prever o futuro. Estavam elas interessadas em descobrir o futuro dos filhos da primeira, recém-nascidos e gêmeos.

“Era a primeira vez que as duas iam ao Morro do Castelo...O íngreme, o desigual, o mal calçado da ladeira mortificavam os pés às duas pobres donas. Não obstante, continuavam a subir, como se fosse penitência, devagarinho, cara no chão, véu para baixo. A manhã trazia certo movimento; mulheres, homens, crianças que desciam ou subiam, lavadeiras e soldados, algum empregado, algum lojista, algum padre, todos olhavam espantados para elas, que aliás vestiam com grande simplicidade; mas há um donaire que não se perde e não era vulgar naquelas alturas. A mesma lentidão do andar, comparada à rapidez das outras pessoas, fazia desconfiar que era a primeira vez que ali iam...” (MACHADO DE ASSIS, 2003, p.11)

No Morro do Castelo, elas teriam um encontro com Bárbara, para que esta lhes falasse a respeito dos filhos de Natividade. Esta lhe deu os retratos e os cabelos cortados dos filhos para que a mulher dissesse o que estava destinado a eles. A mulher olhou bem para os retratos e para os cabelos e perguntou se eles haviam brigado no ventre. Depois, porém, diz que os gêmeos serão grandiosos: “Serão grandes, oh! Grandes! Deus há de dar-lhes muitos benefícios. Eles hão de subir, subir, subir...Brigaram no ventre de sua mãe, que tem? Cá fora

também se briga. Seus filhos serão gloriosos. É só o que lhe digo. Quanto à qualidade da glória, cousas futuras!

Este primeiro capítulo revela que a disputa entre as personagens principais, Pedro e Paulo, se dá desde que eles estão no ventre da mãe, Natividade. Depois, no decorrer da infância, os dois brigam pelos mais diferentes motivos, e a mãe, lembrando-se sempre das previsões feitas pela vidente do Morro do Castelo, aflige-se cada vez mais com as constantes disputas.

Mais tarde, os irmãos, ainda pequenos, discordam ao entrar em uma loja de retratos. Um quer comprar um retrato de Luís XVI e outro quer comprar um retrato de Robespierre. Como este último é mais caro, discutem; neste episódio já começa a se delinear o posicionamento político de ambos; Paulo, o gêmeo que desejou o retrato do rei, tornar-se-á, quando adulto, republicano, e Pedro, o gêmeo que desejou o retrato do líder jacobino, monarquista.

A mãe, para atenuar a rivalidade que tem origem ainda em seu ventre, decide encaminhar os filhos para diferentes carreiras, a fim de que eles estudassem em cidades diferentes, o que lhes propiciaria uma amizade futura. Paulo deveria ser advogado e estudar em São Paulo, e Pedro, médico, e estudar no Rio de Janeiro. Os dois, de fato, tomam rumos diferentes, mas conhecem Flora, menina com quem fazem uma amizade, e por quem se apaixonam. A rivalidade entre os dois se mantém sempre, apesar de, com isso, causar grande tristeza na mãe; os filhos, apaixonados pela mesma moça, também têm o seu amor correspondido. Porém, se ela corresponde ao amor de ambos, por um lado, por outro, não se decidindo por nenhum, afasta-se deles, adocece e morre. Todos pensam que a morte de Flora, enfim, resolverá o problema da rivalidade entre os irmãos. Os dois, de fato, prometem ser amigos depois da morte da amada; entretanto, novamente, tornam a brigar. A mãe dos gêmeos, antes de morrer, pede que sejam amigos e eles prometem que se darão bem; no entanto, em pouco tempo voltam à rivalidade. O Conselheiro Aires, personagem de um velho diplomata que, como diz o nome, serve mesmo como conselheiro para os outros personagens, diz, no capítulo final, a alguém que lhe perguntasse sobre Pedro e Paulo, que eles sempre foram os mesmos, rivais desde o útero materno.

### 3.2 As personagens: a rivalidade entre os irmãos

A relação de rivalidade entre os irmãos Paulo e Pedro já está presente desde o título, Esaú e Jacó, que remete aos irmãos bíblicos, filhos de Abraão e Rebeca. De acordo com a história constante na Bíblia acerca deles, a rivalidade tem início porque Esaú era o filho preferido de Abraão e Jacó era o filho preferido de Rebeca; em determinada situação, Esaú, o mais velho, estava caçando enquanto o irmão mais novo, Jacó, estava fazendo uma sopa. Ao chegar, morrendo de fome, pediu a Jacó que lhe servisse a comida e este, exigiu-lhe o direito de primogenitura em troca de lhe servir a sopa. Assim, Jacó, o mais novo, usurpa o direito de primogenitura do mais velho. Mais tarde, quando o pai já estava velho e prestes a morrer, este queria dar a bênção ao filho mais velho, mas a mãe, querendo a bênção para o mais novo, o seu preferido, disse a Jacó que ele deveria fingir ser Esaú, a fim de conseguir a bênção destinada ao mais velho. Jacó faz o que a mãe lhe pede, e, enganando o pai, consegue ser abençoado por ele. Depois, Esaú chega a sua casa e vai até o pai para que este lhe dê a bênção, mas ele diz que já o abençoou. Descubrem a mentira, mas o pai não poderiaabençoar Esaú, pois já tinha abençoado Jacó. Assim, Esaú, enfurecido, promete vingar-se do irmão. Na Bíblia, esta rivalidade termina, pois os irmãos fazem as pazes.

Desta forma, mesmo sem ler o livro, o leitor já tem uma alusão a duas personagens bíblicas, dois irmãos rivais. De fato, Pedro e Paulo são irmãos, e gêmeos, e rivais, assim como os irmãos bíblicos Esaú e Jacó. Há ainda outro detalhe acerca dos protagonistas Pedro e Paulo. Seus nomes são também bíblicos, são nomes de dois apóstolos. Porém, enquanto Esaú e Jacó são personagens do Velho Testamento, os nomes de Pedro e Paulo são alusão a personagens do Novo Testamento. Pedro e Paulo, os apóstolos, não são irmãos, e ocupam diferentes posições como apóstolos de Jesus. Pedro é considerado o fundador da Igreja, e o seu nome, dado por Jesus, significa pedra, rocha. Paulo, um ex-perseguidor de cristãos que teria se convertido. Assim, também é possível pensar em os nomes dos personagens fazem alusão a esses personagens bíblicos, os apóstolos. Pedro remete ao Pedro fundador da Igreja, o pescador de homens, e Paulo, ao ex-perseguidor de cristãos, que se convertera depois. Por que Pedro é o monarquista e Paulo, o republicano? Que relação pode ser feita entre o Pedro fundador da Igreja e o Pedro monarquista? E que relação pode haver entre o apóstolo Paulo e o republicano Paulo?

### 3.3 Abolição

No capítulo XXXVII, chamado “Desacordo no acordo”, há uma referência à questão da abolição da escravatura, e à forma como os gêmeos Pedro e Paulo reagiram em relação a ela. Tanto um quanto o outro concordavam que a emancipação deveria ocorrer; a única diferença é que Pedro via nisto um ato de justiça, e Paulo, o início de uma revolução. Nesse sentido, pensando alegoricamente como Pedro representando o Império, e Paulo representando a República, e, sabendo-se que, historicamente, tanto a Monarquia foi a favor da abolição, uma vez que esta foi feita pelo Império, através do decreto-lei assinado pela Princesa Isabel, quanto os republicanos, que também tinham também ideias abolicionistas.

Entretanto, é interessante observar como é vista a Abolição por Pedro e como é vista por Paulo. De fato, pode-se pensar que a Abolição foi o início da Revolução, pois para alguns, foi o que marcou o fim da Monarquia, um dos fatos que pode ter levado o Império ao seu derradeiro fim.

“Não esqueça dizer que, em 1888, uma questão grave e gravíssima os fez concordar também, ainda que por diversa razão. A data explica o fato: foi a emancipação dos escravos. Estavam então longe um do outro, mas a opinião uniu-os. A diferença única entre eles dizia respeito à significação da reforma, que para Pedro era um ato de justiça e para Paulo era o início da revolução. Ele mesmo o disse, concluindo um discurso em São Paulo, no dia 20 de maio: “A Abolição é a aurora da liberdade; esperemos o sol; emancipado o preto, resta emancipar o branco.” (MACHADO DE ASSIS, 2003, p. 81)”

Levando-se em consideração que havia abolicionistas tanto por parte de monarquistas quanto de republicanos, e que, além disso, os abolicionistas também divergiam em relação à prioridade ou não da Abolição e como ela deveria ser feita, o enfoque diferente dado aos personagens, ou em outras palavras, o seu posicionamento em relação ao assunto, é bastante simbólico de um pensamento que era, de certo modo, corrente, mas que tinha suas variações.

Ainda pensando como os personagens enxergavam a Abolição, em que, para Pedro, constituía um caso de justiça e para Paulo, o início de uma revolução, pode-se pensar na “justiça” feita pela Princesa Isabel ao assinar o decreto que libertava todos os escravos em 13 de maio de 1888, imagem que, de fato, muitos tinham a respeito da soberana. Tanto era assim que contava com grande simpatia por parte da população negra, o que já foi mencionado no capítulo anterior, pois viam nesse acontecimento um ato de bondade por parte dela. E,

também citado em capítulo anterior, imagem refutada por parte de alguns, como Rui Barbosa, por exemplo.

### 3.4. Cenas da história: O Baile da Ilha Fiscal

No capítulo intitulado “Terpsícore”, musa grega da dança, Machado de Assis conta a noite do Baile da Ilha Fiscal, que, de acordo com Lília Moritz Schwarcz, foi um evento montado para representar a imponência da monarquia. Segundo a autora, o baile foi muito comentado na época, e ficou conhecido como um símbolo do fim da monarquia: “Discorreu-se sobre as orgias infundáveis, a ostentação e o luxo incompatíveis com a situação política, e circularam rumores de que as forças armadas teriam sido intencionalmente excluídas da lista de convidados.” (SCHWARCZ, 1998, p.455). Era o primeiro baile promovido oficialmente pelo Império, para o qual foram distribuídos três mil convites. De acordo com a autora, a festa parecia uma grande confraternização, e, no mesmo salão, suspensos os conflitos, estavam reunidos liberais e conservadores, a corte e seus barões, e, inclusive, o primeiro-tenente da Marinha, José Augusto Vinhais, que participaria do golpe que colocaria um fim na Monarquia, apenas alguns dias depois. Enquanto isso, o povo fazia festa do lado de fora:

“ O povo, sempre afastado dos grandes acontecimentos, foi premiado com fandangos e lundus, coroando seus reis enquanto nos salões se evidenciava o cenário da realeza decadente. No largo da Praça, bem em frente à Ilha Fiscal, uma banda da polícia com farda de gala se responsabilizava por essa parte da diversão. Mais uma vez, as festas do Império se encontravam, apesar dos estilos e motivos um tanto diferentes.” (SCHWARCZ, 1998, p.455)

No trecho a seguir, Natividade, mãe dos gêmeos Paulo e Pedro, deixava todas as suas preocupações de lado para dar atenção ao Baile da Ilha Fiscal, um grande evento promovido pelo Império para a elite da época; de acordo com o autor, a última grande festa da monarquia ocorreu em novembro – e, de fato, ocorreu no dia 9 de novembro, somente alguns dias antes da Proclamação da República:

“Nenhuma dessas coisas preocupava Natividade. Mais depressa cuidaria do Baile da Ilha Fiscal, que se realizou em novembro para honrar os oficiais chilenos. (MACHADO DE ASSIS, 2003, p. 102)

Neste ponto é possível ver que, embora as personagens do livros sejam fictícias, representativas da própria história, todo o contexto remete à história factual; o baile que, de fato aconteceu, a época que corresponde exatamente à mesma, a homenagem aos chilenos, a magnitude do baile e o interesse da aristocracia por ele.

O trecho abaixo é revelador da suntuosidade do baile; Flora, aqui chamada pela narrador de “esquisitona” vai ao baile com o pai e a mãe; bem como também Natividade, o marido, os filhos, Aires, enfim, os representante da elite no contexto do romance:

“Não importa; a esquisitona foi ao baile da Ilha Fiscal com a mãe e o pai. Assim também Natividade, o marido e Pedro, assim Aires, assim a demais gente convidada para a grande festa. Foi uma bela ideia do governo, leitor. Dentro e fora, do mar e de terra, era como um sonho veneziano; toda aquela sociedade viveu algumas horas suntuosas...” (MACHADO DE ASSIS, 2003, p. 105)

### 3.5 A proclamação da República

O romance Esaú e Jacó narra também a Proclamação da República; o personagem Custódio é o dono de uma confeitaria, cujo nome é “Confeitaria do Império”. Ocorre que ele resolve, por conselhos de outrem, pintar a tabuleta, que está velha; nesse ínterim, porém, ocorre uma reviravolta inesperada para ele: o golpe de 15 de novembro de 1889. Então ele manda um recado para o pintor, que diz: “Pare no D”.

O pintor, entretanto, não vira o recado e continuou pintando; ao ver que na tabuleta estava escrito “Confeitaria do Império”, Custódio se desespera, pois, com a mudança de regime, este nome poderia lhe causar problemas futuros:

“Referido o que lá fica atrás, Custódio confessou tudo o que perdia no título e na despesa, o mal que lhe trazia a conservação do nome da casa, a impossibilidade de achar outro, um abismo, em suma. Não sabia que buscasse; faltava-lhe invenção e paz de espírito. Se pudesse, liquidava a confeitaria. E, afinal que tinha ele com política? Era um simples fabricante e vendedor de doces, estimado, afreguesado, respeitado, e principalmente respeitador da ordem pública.

-Mas o que é que há? perguntou Aires.

-A República está proclamada.

- Já há governo?

-Penso que já; mas diga-me: Vossa Excelência ouviu alguém acusar-me jamais de atacar o governo? Ninguém. Entretanto...Uma fatalidade! Venha em meu socorro, Excelentíssimo. Ajude-me a sair desse embaraço. A tabuleta está pronta, o nome todo pintado – “Confeitaria do Império”, a tinta é viva e bonita. O pintor teima em que lhe pague o trabalho, para então fazer outro. Eu, se a obra não estivesse acabada, mudava de título, por mais que me custasse, mas hei de perder o dinheiro que gastei? Vossa Excelência crê que, se ficar “Império”, venham me quebrar as vidraças? (MACHADO DE ASSIS, 2003, p. 137 e139)

É interessante observar que o confeitiro nada sabia sobre política, e estava completamente alheio a todos os acontecimentos que diziam respeito ao golpe contra a monarquia, tendo ficado sabendo, como muitos, inclusive como muitos republicanos, apenas no dia do acontecimento. Sua preocupação, porém, não tinha a ver com o regime, se monárquico ou republicano, que, para a personagem, era completamente indiferente; o seu medo era de que, tendo no nome de seu estabelecimento algo que pudesse parecer contrário ao governo da situação, ele pudesse ter o seu negócio prejudicado. De certa forma, esse episódio da tabuleta é muito representativo da ideia de que “o povo assistiu a tudo bestializado”, que não tomou conhecimento do que estava acontecendo, e que não tinha interesse nenhum em tomar. De fato, nem mesmo os personagens do romance, todos representantes da elite, estavam a par dos acontecimentos; até mesmo o republicano Paulo foi pego de surpresa ao saber do golpe.

A noção, porém, de que a mudança de regime era, de fato, muito pouco significativa em termos de mudanças reais, está clara no pensamento de Aires, que parece ser o porta-voz das ideias do autor:

“Aires quis aquietar-lhe o coração. Nada se mudaria; o regímen, sim, era possível, mas também se muda de roupa sem trocar de pele. Comércio é preciso. Os bancos são indispensáveis. No sábado, ou quando muito na segunda-feira, tudo voltaria ao que era na véspera, menos a Constituição.” (MACHADO DE ASSIS, 2003, p.141)

Ao dizer que “se pode mudar de roupa sem mudar de pele”, Aires revela que a mudança de regime não vai mudar de fato as figuras do poder; afinal, conservadores ou liberais, monarquistas ou republicanos, todos faziam parte de uma elite, e o povo, de fato, não fazia parte disso de forma alguma.

Outra ideia que se pode depreender é de que, acima de qualquer governo, está o comércio e os bancos – “Comércio é preciso. Os bancos são indispensáveis” – ou seja, há a

noção clara de que nada está acima do dinheiro, nem mesmo o regime, fosse ele monarquista ou republicano.

### 3.6 O Encilhamento

De acordo com John Schulz, “a ‘bolha’ especulativa chamada de Encilhamento” começou quando o Visconde de Ouro Preto, vendo a Monarquia em perigo, buscou o apoio de fazendeiros descontentes, colocando-lhes nas mãos grandes somas em dinheiro. (SCHULZ, 1996, p. 97 ). Para o autor, a atitude de Ouro Preto foi mais correta em relação a seu sucessor, Rui Barbosa, o ministro da Fazenda de Deodoro da Fonseca; Barbosa permitiu aos bancos criarem dinheiro à vontade sem lastro; permitiu que os bancos emitissem dinheiro e, quando ele saiu, havia muito mais dinheiro circulando do que aquele que, de fato, o país tinha: “Quando ele deixou o governo, os bancos haviam emitido notas iguais a mais da metade do dinheiro em circulação na época em que assumiu. Essa imensa quantia representou uma transferência de recursos do povo brasileiro para os bancos privilegiados e seus clientes preferenciais.” (SCHULZ, 1996, p. 98)

Para o autor, a abolição gerou a necessidade de uma reforma financeira, pois a elite endividada assim o queria; assim, o governo precisou oferecer crédito fácil a eles, pois já não tinham escravos e sim uma mão-de-obra assalariada. Assim, foi colocado no mercado interno mais dinheiro do que o país de fato tinha; ou seja, o país fazia nos exterior para incentivar os capitalistas a investirem ou a emprestar dinheiro para o comércio ou para a agricultura. A política do Encilhamento, porém, teve sérias consequências; inflação altíssima, um custo de vida muito elevado para a população, pessoas enriquecendo de um dia para o outro, pessoas empobrecendo de um dia para o outro. Apesar de tantas repercussões negativas, o Encilhamento teve, segundo o autor, um aspecto positivo, o crescimento industrial.

No capítulo chamado “Um Eldorado”, - uma alusão à cidade lendária cujas construções eram de ouro, e na qual havia infinitos tesouros - ,Machado de Assis menciona a palavra Encilhamento e dá uma ideia do que era; dinheiro que “se fazia”, como que por mágica; há também no trecho uma relação direta entre o Encilhamento e o crescimento industrial; o autor fala em ações, fala em estradas de ferro, em bancos e fábricas, entre outras

coisas, dando uma ideia do que foi essa política monetária, dos seus efeitos na cidade e, enfim, dos seus efeitos na sociedade brasileira no final do século XIX:

“A capital oferecia ainda aos recém-chegados um espetáculo magnífico. Vivia-se dos restos daquele deslumbramento e agitação, epopeia de ouro da cidade e do mundo, porque a impressão total é que o mundo inteiro era assim mesmo. Certo, não lhe esqueceste o nome, encilhamento, a grande quadra das empresas e companhias de toda espécie. Quem não viu aquilo, não viu nada. Cascatas de ideias, de invenções, de concessões rolavam todos os dias, sonoras e vistosas para se fazerem contos de réis. Todos os papéis, aliás, ações, saíam frescos e eternos do prelo. Eram estradas de ferro, bancos, fábricas, minas, estaleiros, navegação, edificação, exportação, importação, ensaques, empréstimos, todas as uniões, todas as regiões, tudo o que esses nomes comportam e mais o que esqueceram. Tudo andava nas ruas e praças, com estatutos, organizadores e listas. Letras grandes enchiam as folhas públicas, os títulos sucediam-se, sem que se repetissem, raro morria o que era frouxo, mas a princípio não era frouxo. Cada ação trazia a vida intensa e liberal, alguma vez imortal, que se multiplicava daquela outra vida com que a alma acolhe as religiões novas. Nasciam as ações a preço alto, mais numerosas que as antigas crias da escravidão, e com dividendos infinitos.” (MACHADO DE ASSIS, 2003, p. 158, 159)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transição da Monarquia para a República é representada através do enredo e das personagens na obra *Esau e Jacó*, do escritor Machado de Assis. Seus romances, embora sempre mostrem algo relativo a aspectos históricos (entendendo-se que toda obra é situada no tempo, portanto é histórica), não têm uma preocupação com isso; excetuando *Esau e Jacó*.

*Esau e Jacó* é uma obra que tem a pretensão de contar a história e, melhor, conta a história. Da forma como o escritor Machado de Assis a viu; através de sua lente, de sua visão. No livro o narrador em terceira pessoa fala de momentos importantes na história brasileira; datas, acontecimentos, tudo é marcado, historicizado; o enredo, as personagens, tudo o que há no romance evoca a história do país.

Os gêmeos Pedro e Paulo representam os diferentes regimes; Pedro representa a Monarquia, Paulo representa a República. Com que intenção o escritor representa esses dois regimes como irmãos gêmeos? Na história brasileira, e em muitas outras, os defensores de um regime e de outro por vezes têm os mesmos interesses; os seus interesses. Para Machado, cujas obras são marcadas por grande ceticismo, não há grandes ideais; o ser humano tem uma natureza egoísta. Os gêmeos Pedro e Paulo, independente de suas concepções políticas, fazem parte da elite brasileira; nascidos em uma família de posses, um torna-se monarquista e outro republicano. Com isso, o autor quer mostrar a origem comum de monarquistas e republicanos; todas as ideias, conservadoras ou liberais, nascem realmente no seio da elite.

Nesse sentido, pode-se dizer que a visão de Machado sobre a origem de monarquistas ou republicanos, não difere muito da historiografia; aliás, não difere nada porque todos sabem e é lugar-comum dizer que, no Brasil, nunca houve revoluções de fato, e que o povo jamais esteve presente. Melhor dizendo, o povo, muitas vezes esteve presente, através de revoltas, através de uma série de manifestações em que atuou como protagonista. Porém, ele não esteve presente nas grandes “mudanças” políticas, não esteve presente na Independência nem na Proclamação da República. Até mesmo a Abolição foi feita de “cima para baixo”, através de uma lei.

Visão semelhante à da historiografia o autor tem em relação à Abolição da Escravatura; no capítulo “Desacordo no acordo”, os gêmeos concordam na questão de que os negros devem ser libertados; porém, só discordam no sentido disso que, para um é um ato de justiça, e para o outro, é um ato revolucionário.

A abolição é considerada pela historiografia como um dos grandes problemas enfrentados pelo Império, um dos motivos apontados como mais importantes na questão da queda da Monarquia. Na realidade o Império não tinha saída; precisava da Inglaterra e esta lhe pressionava, exigindo que os escravos fossem libertados a fim de, como mão-de-obra assalariada, pudesse se transformar em mercado consumidor de seus produtos.

Assim a Monarquia precisava fazer a Abolição; mais do que um “ato de justiça”, como pensava o monarquista Pedro, era uma exigência dos ingleses, para quem o Brasil devia e de quem precisava financeiramente. Por outro lado, os republicanos também tinham em seus planos de ação a defesa dos ideais abolicionistas; porém, há nisso uma contradição. Primeiro porque, para muitos republicanos, a Abolição não era uma questão tão prioritária; podia ser, portanto, deixado para depois. A prioridade para alguns republicanos não era o término da escravidão, mas a mudança de regime; além disso, muitos republicanos eram donos de fazenda e tinham escravos.

A Abolição foi uma questão controversa porque foi defendida pelos republicanos - muitos dos quais também eram donos de escravos - e concedida pela Monarquia, que precisava dos recursos da Inglaterra, mas que, com isso, conquistou, de certa forma, ainda mais inimigos.

Vem da Abolição da Escravatura o surgimento dos “republicanos de última hora”, ou seja, aqueles fazendeiros que apoiaram a Monarquia até que ela decretasse livres, de um dia para outro, todos os escravos negros do país e, a partir daí, revoltados com isso, “mudassem” de concepções políticas.

Machado de Assis captou bem essas contradições ao mostrar o apoio tanto do monarquista Pedro quanto do republicano Paulo à Abolição porque tanto o discurso monarquista quanto o discurso republicano eram favoráveis a que se libertassem os escravos. Entretanto, muitas vezes o discurso pregava uma coisa, mas a prática era bem diferente.

O livro oferece ainda outras referências à história da época, como o Baile da Ilha Fiscal, o último grande baile da Monarquia, e o Encilhamento, resultado de uma política Imperial que depois foi continuada pelo governo republicano.

Voltando às representações, pode-se pensar em Flora como o Brasil; desejada tanto pela Monarquia (Pedro) quanto pela República (Paulo), ela, não conseguindo se decidir, deixa-se morrer; é uma interpretação livre, mas é possível imaginar que, para Machado, o país não tinha bem certeza sobre por qual regime preferia ser governado; o povo, de fato, não escolheu ser republicano e nem monarquista; em verdade, a República surgiu menos por

vontade do povo brasileiro; foi um golpe que envolveu meia dúzia de militares e que pegou a todos, até mesmo alguns republicanos, de surpresa. Assim como Flora não soube ou não pôde escolher qual dos gêmeos deveria amar, o povo sempre foi deixado à margem dos processos políticos. O escritor mostra bem essa questão no capítulo que menciona a tabuleta da confeitaria. Ao dono do estabelecimento pouco importa quem está no poder; se monarquista ou republicano, ele só não quer ser considerado subversivo; não tem, portanto, participação nenhuma no processo político. Nesse sentido, é possível dizer que Machado tinha uma visão semelhante à de Aristides Lobo, que via um povo bestializado assistindo à Proclamação da República como se fosse uma parada militar. Um pensamento quase da mesma natureza, proporcionado, talvez por um discurso comum da época.

Ao dizer que apenas o regime mudava, mas isso não era significativo, porque é possível mudar de roupa sem mudar de pele, Machado deixa transparecer através da voz do Conselheiro Aires o seu ceticismo político:

“Aires quis aquietar-lhe o coração. Nada se mudaria; o régimen, sim, era possível, mas também se muda de roupa sem trocar de pele. Comércio é preciso. Os bancos são indispensáveis. No sábado, ou quando muito na segunda-feira, tudo voltaria ao que era na véspera, menos a Constituição.” (p.141)

O regime podia mudar, mas tudo ficaria do mesmo jeito, porque, fosse uma Monarquia, ou fosse uma República, nada verdadeiramente seria mudado; a roupa – o regime – poderia ser diferente, mas a origem, a pele- a elite – continuaria a mesma. Ou seja, através da fala do conselheiro Aires, o escritor demonstra o seu pensamento; nada mudaria de verdade para o povo, pois a elite continuaria no poder, do mesmo modo que sempre fora.

## Referências bibliográficas

- BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Editora Cultrix, 1994.
- CARVALHO, José Murillo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- CARVALHO, José Murillo de. **A Formação das Almas. O imaginário da República do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CASALECCHI, José Enio. **A Proclamação da República**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- CASTRO, Celso. **Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- CASTRO, Celso. **A Proclamação da República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- CHALLOUB, Sidney. **Machado de Assis, Historiador**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- CHIAVENATO, Júlio José. **A Guerra contra o Paraguai**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.
- COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia à República: Momentos Decisivos**. São Paulo: Editorial UNESP, 2007.
- COSTA, Emília Viotti. **A Abolição**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.
- FARIAS, William. Gaia. Reflexões sobre a República em Esaú e Jacó. Cantareira (UFF) Niterói, v.1,n.III, p.1-16, 2003.
- FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

GABNEBIN, Jeanne Marie. **Sete aulas sobre linguagem, memória e história**. Rio de Janeiro, Imago, 1997.

GLEDSON, John. **Machado de Assis: história e ficção**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LAPA, José Roberto de Amaral. **A Economia Cafeeira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

LIMA, Luís Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

LOPES, Adriana e MOTA, Carlos Guilherme **História do Brasil: Uma Interpretação..** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

MONTEIRO, Hamilton M. **Brasil República**. São Paulo, Editora Ática, 1986.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **As Barbas do Imperador: Dom Pedro II, um Monarca nos Trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHULZ, John. **A Crise Financeira da Abolição**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Instituto Fernand Braudel, 1996.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas. Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Duas Cidades, 1988.

SCHWARZ, Roberto. **Um Mestre na Periferia do Capitalismo**. São Paulo: Duas Cidades, 1990.

SOUZA, Roberto Acízelo de. **Teoria da Literatura**. São Paulo, Ática, 1986.

### Fontes

MACHADO DE ASSIS, José Maria. **Esau e Jacó**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 2003.

